

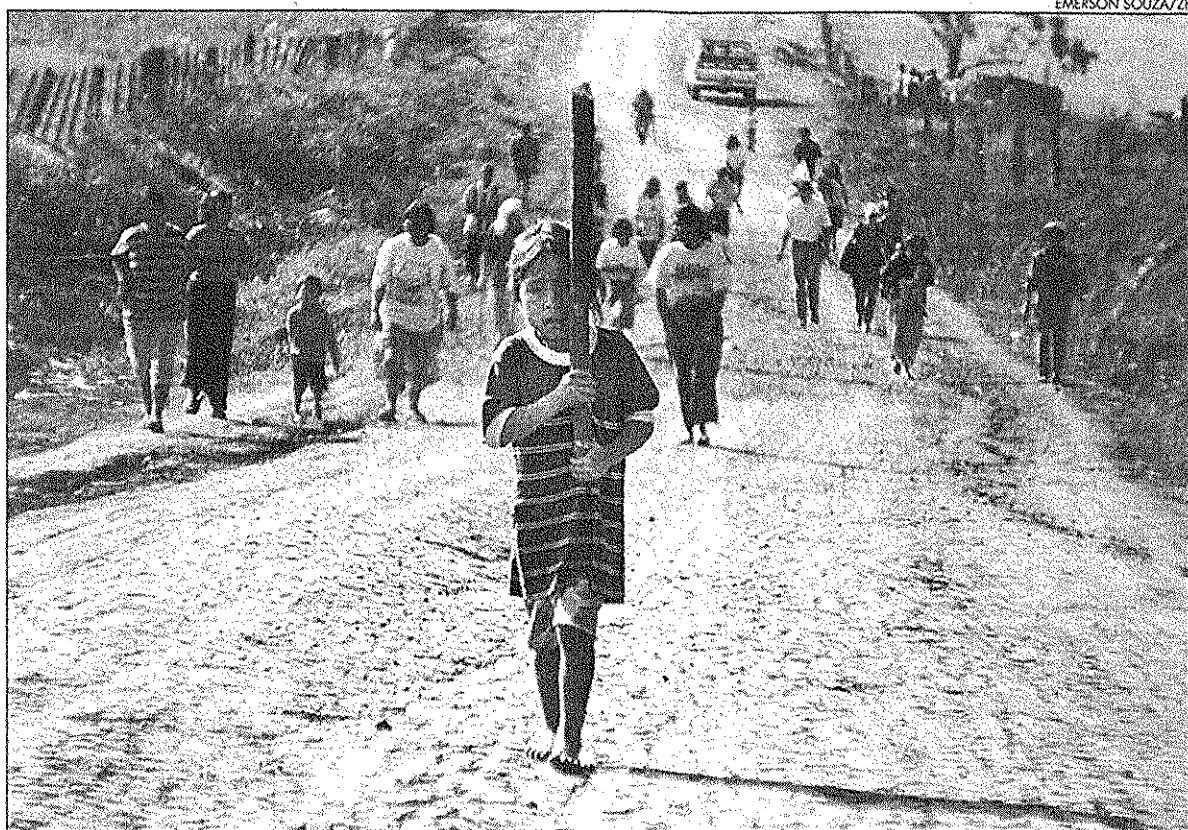
QUESTÃO INDÍGENA

170

# Ocupação de caingangues desafia governo do Estado

*O Piratini resiste em destacar força policial para garantir colheita*

EMERSON SOUZA/ZH



**Revolta:** a comunidade indígena bloqueou com galhos, há uma semana, estrada vicinal de Nonoai

CLAUDIO MEDAGLIA JR.

*Casa Zero Hora/Passo Fundo*

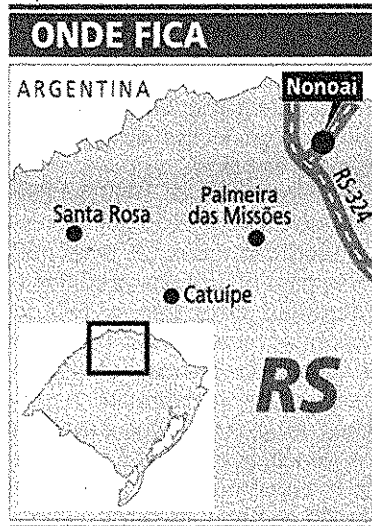
**D**epois de quase duas horas de conversa com um grupo de índios caingangues que ocupa há uma semana uma área em Nonoai, o secretário estadual do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, Tarcísio Zimmermann, deixou o local com a sensação de que a pendenga entre os indígenas e o ex-prefeito Aedmar Dall Asta, que disputam a área de 1,2 mil hectares na Justiça há nove anos, pode estourar nas mãos do governo do Estado. Desde que Dall Asta teve assegurado o direito de fazer a colheita da soja plantada no local, no último dia 23 de abril, o Palácio Piratini está na mira do Poder Judiciário. O governador Olívio Dutra resiste em destacar força policial para garantir a colheita, tentando evitar o conflito, e assume, assim, uma posição de desobediência à lei. Resta a esperança de que as partes cedam antes de que seja ordenada uma intervenção federal no Rio Grande do Sul.

Com esses argumentos, Zimmermann tentou convencer a comunidade indígena a permitir a colheita de 6 mil sacas de soja. O secretário tentava mostrar o risco que uma intervenção poderia causar no processo de devolução das áreas indígenas aos povos.

— Se o governador for afastado, todo o avanço que já conseguimos estará ameaçado, já que a

Brigada Militar receberá ordem de proteger o trabalho das colheitadeiras — advertiu Zimmermann.

— Nós já debatemos e concluímos que o Dall Asta nem poderia explorar a área em litígio, portanto vamos reter o produto como pagamento — rebateu de pronto o líder indígena Vitério da Silva.



A revolta dos índios levou o grupo a bloquear há uma semana uma estrada vicinal de Nonoai com troncos e galhos de árvores. A área em disputa, que abrange os municípios de Nonoai, Rio dos Índios, Gramado dos Loureiros, Planalto e Alpestre, ficou de fora do levantamento fundiário na chamada 4ª Seção, recentemente realizado pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Ontem, durante o encontro com os índios, o ad-

ministrador da Funai de Chapecó (SC), Irani Cunha da Silva, recebeu um recado por telefone de que o diretor de terras da entidade, em Brasília, propunha a ampliação do levantamento para fins de desapropriação e indenização dos proprietários até a área ocupada. A idéia agradou, mas não diminuiu a determinação do grupo em permanecer no local.

Ao final da reunião, Zimmermann cobrou do prefeito de Nonoai, José Luiz de Moura (PPB), um novo contato com Dall Asta para tentar negociar a divisão da colheita com os índios. O secretário, entretanto, não alimentava esperanças, uma vez que já havia apresentado a idéia ao proprietário da terra na noite anterior, em Porto Alegre. Com a decisão judicial para que a colheita seja feita, o ex-prefeito está amparado na lei e não tem nenhum interesse em negociar com os índios. Além disso, se aceitar a proposta, Dall Asta estaria admitindo que os indígenas têm direito à terra, um assunto ainda em debate nos tribunais.

Na próxima terça-feira, uma nova audiência, em Porto Alegre, vai retomar a discussão referente ao pedido de reintegração de posse, negado pela Justiça. Até lá, o governo buscará uma solução negociada, mas já trabalha com a hipótese de atender à determinação do Judiciário e cumprir a ordem de proteção ao trabalho das colheitadeiras.